



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Recurso Ordinário - Rito Sumaríssimo **0011369-11.2024.5.03.0173**

Relator: Anemar Pereira Amaral

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 11/02/2025

Valor da causa: R\$ 31.423,60

Partes:

RECORRENTE: RENATA DA SILVA

ADVOGADO: GLEIDSON SILVESTRE RIBEIRO

ADVOGADO: WELLINSON FERREIRA DO AMARAL

RECORRIDO: VULCAFLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

ADVOGADO: KATIA SILVA ALVES



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA
ATSum 0011369-11.2024.5.03.0173
AUTOR: RENATA DA SILVA
RÉU: VULCAFLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

SENTENÇA

I - RELATÓRIO

Dispensado o relatório, nos termos do art. 852-I da CLT.

II – FUNDAMENTAÇÃO

1. Dos documentos juntados após o encerramento da instrução processual

Com a impugnação à contestação, a reclamante juntou a ata do processo nº 0011363-06.2024.5.03.0043, produzida em 06/11/2024, relativa à ação ajuizada pela empregada Luciana em face da mesma reclamada, em razão dos mesmos fatos alegados nestes autos.

A reclamada manifestou-se no ID. 06b82de – fls. 206-7, informando que o documento está em sigilo e requerendo a sua exclusão dos autos, ante o encerramento da fase de instrução probatória.

Ademais, a partir do ID. 688cf74 – fls. 214-26 do pdf, a reclamada também anexa aos autos as sentenças dos autos dos processos nº 0011365-73.2024.5.03.0043 e nº 0011363-06.2024.5.03.0043, proferidas em 16/12/2024, com visibilidade apenas para as partes, ante a tramitação em segredo de justiça.

Considerando que os documentos juntados pelas partes são posteriores à audiência que encerrou a instrução processual nestes autos, realizada em 05/11/2024, admito a juntada deles, com fundamento no art. 435 do CPC.

Em consequência, determino que seja alterada a visibilidade dos documentos anexados pela reclamante, permanecendo o sigilo, mas com visibilidade também para a reclamada.

Considerando que os advogados que representam as partes são os mesmos tanto nestes autos quanto naqueles acima mencionados, bem como que a reclamada é a mesma e que se discutem os mesmos fatos, desnecessária a concessão

de vista sobre os documentos anexados pelas partes, cabendo ressaltar que as provas produzidas nos presentes autos são suficientes para o convencimento desta Magistrada e que as decisões juntadas, proferidas por outros Juízes, não têm caráter vinculante, servindo como mero subsídio jurisprudencial.

Pelo exposto, indefiro o requerimento de exclusão dos documentos juntados pela reclamante com a impugnação à contestação.

2. Da reversão da dispensa por justa causa e parcelas correlatas.
Da multa do art. 477, § 8º, da CLT. Da indenização por dano moral

A reclamante sustenta que foi dispensada por justa causa, mas que não cometeu a falta grave imputada pela empregadora, razão pela qual pleiteia a reversão da dispensa para a modalidade sem justa causa e o pagamento das verbas rescisórias decorrentes.

Em defesa, a demandada sustenta a licitude da dispensa praticada, asseverando que a autora, juntamente com outras colegas de trabalho, praticou ato de racismo, ao zombar do cabelo de outra empregada, Sra. Cassiane dos Santos Rodrigues.

A rescisão do vínculo laboral, por representar a maior penalidade que pode ser imposta ao trabalhador, na medida em que gera reflexos pecuniários imediatos e profissionais futuros, contraria o princípio da boa-fé, do qual deflui o dever de execução leal das obrigações assumidas, e o princípio da continuidade da relação de emprego, no qual se presume o interesse do empregado na manutenção do vínculo empregatício, por constituir sua fonte de subsistência.

Nesse contexto, para que ocorra a dispensa por justa causa, é indispensável que os fatos que a motivaram fiquem devidamente comprovados e sejam graves a ponto de sustentar essa modalidade de dispensa.

Por se tratar de fato impeditivo do direito da reclamante, o ônus de prova acerca do ato faltoso e de sua gravidade recai no empregador, conforme os arts. 818 da CLT e 373, II, do CPC.

No particular, a reclamante foi dispensada por justa causa na data de 02/10/2024, em razão de ato de indisciplina e insubordinação no desempenho de suas funções, bem como por praticar ato lesivo da honra ou boa fama no serviço, nos termos do art. 485, alíneas “h” e “j”, da CLT, conforme comunicado do ID. 93cb646 – fl. 97 do pdf, que assim informa:

“(...) Vimos pela presente rescindir o contrato de trabalho por justa causa, considerando que no dia 23

de setembro de 2024 (segunda-feira) V. Senhoria praticou atos lesivos contra a honra de outra colaboradora proferindo palavras de chacota em razão do penteado de cabelo da colega de trabalho Cassiane dos Santos Rodrigues, como por exemplo medusa, além de produzir risos sobre o seu cabelo. As condutas foram praticadas no setor mançã. (...)

O ato também caracteriza-se como ato de indisciplina e insubordinação, pois V. Senhoria foi devidamente treinada sobre respeito e inclusão no ambiente de trabalho tendo ciência que situações como esta são proibidas na empresa”.

O documento do ID. 6b09e7d – fl. 84 do pdf comprova o registro da denúncia pela empregada Cassiane quanto à prática de racismo por outras colegas, incluindo a reclamante.

As atas de entrevista juntadas no ID. ddeeb5f – fl. 144 do pdf e ID. 37732c7 – fls. 175-7 do pdf confirmam que a denúncia foi apurada pela ré, tendo a autora sido ouvida. Os depoimentos colhidos das empregadas Daiara, Elisângela e Ana Paula evidenciam que a reclamante e outras colegas fizeram chacota com o cabelo de Cassiane, dizendo que ela estava “parecendo uma medusa”.

Conforme ata de audiência do ID. 2a147a9 – fls. 178-9 do pdf e certidão do ID. 69e5a1b – fl. 180 do pdf, as partes ajustaram a utilização, como prova emprestada, dos depoimentos colhidos na RT-0011368-26.2024.5.03.0173, cuja transcrição foi juntada no ID. 2b6d279 – fls. 210-3 do pdf.

A testemunha Daiara Pereira de Queiroz também corroborou a tese patronal, registrando ter presenciado algumas empregadas, dentre elas a reclamante dos presentes autos, zombando da empregada Cassiane, em razão do seu cabelo, que, no dia do ocorrido, estava trançado, ao passo que normalmente a Cassiane utilizava “black power”, vejamos:

“(...) que começou a trabalhar para a reclamada há 5 meses e permanece até os dias atuais; que conhece a reclamante e a Renata, pois foram colegas de trabalho; que, após a saída da reclamante e da Renata, soube do motivo da dispensa delas por ‘rádio peão’ na empresa; que já presenciou a Renata falando que o cabelo da colega Cassiane estava parecendo uma ‘medusa’, pois a depoente estava na esteira no momento; que, naquele momento, estavam trabalhando na esteira, quando a Cassiane chegou e começaram a ‘mangar’ do cabelo da Cassiane, chamando-a de ‘medusa’; que, naquele momento, estavam a

Fernanda, Rosilene, Renata e Luciana; que a Fernanda e a Rosilene falaram a mesma coisa sobre o cabelo da Cassiane, chamando-a de 'medusa'; que trabalhava na mesma esteira que elas; que, além da Fernanda e da Rosilene, **também a Luciana e a Renata falaram e riram do cabelo de Cassiane;** **que, na empresa, há treinamentos sobre discriminação, assédio sexual e assédio moral,** o qual é passado em reuniões, em que o Paulo sempre reforça a importância de respeitar os colegas; que, no momento do ocorrido, a Cassiane estava na mesa, porém estava de costas para a depoente; **que não sabe se a Cassiane ouviu ou não as ofensas;** **que, quando Cassiane ficou sabendo do ocorrido, ficou muito abalada e chorou bastante, tendo procurado a técnica de segurança para aferir a pressão, pois não estava se sentindo bem;** **que, depois do ocorrido, Cassiane não continuou a trabalhar na empresa** e acredita que ela tenha saído por não ter se sentido bem com a situação e com os apelidos que colocaram nela, considerando que ela já havia passado por depressão anterior, achando a depoente que o fato abalou o psicológico dela; que a depoente se sentiu constrangida no momento da ofensa, por achar que não é brincadeira que se faça com o cabelo da colega; que, no lugar de Cassiane, se sentiria com vergonha, pois são orientadas na empresa a ter respeito com os demais; que a depoente sempre encontra com a Rosilene, Luciana, Renata e a Fernanda no local de trabalho, no período entre 10h às 15h; **que, pelo que se recorda, a chacota com a Cassiane durou cerca de 20 a 40 minutos, depois que retornaram do DDS**; que DDS é uma reunião que ocorre toda segunda-feira, com a técnica de segurança; que conhece a reclamante e acredita que a cor de pele dela é parda; que, perguntada sobre a frase que cada empregada falou, disse que **todas as colegas chamaram a Cassiane de 'medusa' e zombaram do cabelo dela, pois normalmente ela ia de black power, mas naquele dia estava trançado; que as colegas chamavam a Cassiane de 'medusa' e chamavam as colegas ao lado para rirem juntas; que todas ficavam rindo e falando a mesma coisa ('medusa');** que a Cassiane trabalha no mesmo horário da depoente". (Depoimento da primeira testemunha convidada pela parte reclamada, Sra. Daiara Pereira de Queiroz, colhido nos autos da RT-0011368-26.2024.5.03.0173 e utilizado como prova emprestada, fls. 211-2 do pdf, destaquei)

Como se observa, a conduta praticada pela reclamante e demais colegas revestiu-se de tamanha gravidade que a empregada ofendida (Cassiane) “ficou muito abalada e chorou bastante, tendo procurado a técnica de segurança para aferir a pressão, pois não estava se sentindo bem” e, ainda, “depois do ocorrido, (...) não continuou a trabalhar na empresa”. Isso também se verifica do TRCT juntado no ID. dc7f50a – fls. 150-3 do pdf, com respectivo comprovante de pagamento no ID. 5d66624 – fl. 145 do pdf, que indica a rescisão contratual a pedida da Cassiane em 30/09/2024.

O abalo psicológico de Cassiane também é reforçado pelo depoimento da testemunha Michelle de Sousa Silva, técnica de segurança do trabalho que atendeu a empregada após o ocorrido, conforme transcrevo:

“(...) que trabalha para a reclamada, desde maio de 2024, na função de técnica de segurança do trabalho; que conhece a reclamante, pois trabalhava com ela; que não sabe o motivo pelo qual Fernanda e Renata foram dispensadas; que conhece a Cassiane e já atendeu ela na empresa; que quem procurou a depoente foi a líder do setor, informando que a Cassiane a havia procurado; que, em razão disso, procurou a Cassiane para tentar entender o que havia ocorrido; que a Cassiane contou para depoente que havia ficado sabendo que algumas pessoas estariam falando dela, com brincadeiras de racismo; que orientou a Cassiane a procurar os canais de ouvidoria; que, quando Cassiane foi conversar com a depoente, a Cassiane se encontrava abalada com a situação e começou a chorar durante a conversa; que, na reclamada, é função dos técnicos de segurança do trabalho fiscalizar situações como essa, relativas a assédio moral, sexual, preconceito e utilização de EPIs; que os técnicos de segurança do trabalho realizam as inspeções em campo e, identificando quaisquer anormalidades, tentam entender o que aconteceu; que, na empresa, há treinamentos sobre assédio moral, sexual e preconceito, os quais são realizados nas integrações, havendo também diálogos semanais e TVs corporativas que informam sobre esses assuntos; que a depoente conhece a reclamante e a cor dele é negra; que não se recorda quem é Rosilene”. (Depoimento da segunda testemunha convidada pela parte reclamada, Sra. Michelle de Sousa Silva, colhido nos autos da RT-0011368-26.2024.5.03.0173 e utilizado como prova emprestada, fl. 212 do pdf, destaquei)

Ademais disso, extraio dos depoimentos acima transcritos que a empresa adotou medidas para garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro,

disponibilizando aos empregados, inclusive à parte autora, treinamentos sobre discriminação, assédio sexual e assédio moral, bem como tendo empregados técnicos de segurança do trabalho com a função de fiscalizar situações relativas a esses temas no local de trabalho. Isso também é verificável do vídeo instrutivo juntado no ID. 6b09e7d – fl. 85 do pdf e da lista de presença no treinamento sobre saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, assinada pela reclamante e juntada no ID. 1747702 – fls. 86-92 do pdf.

Acrescento que as demais empregadas envolvidas no ato também foram dispensadas por justa causa, conforme comunicados juntados pela ré às fls. 93-7 do pdf.

Anoto que o depoimento da testemunha Rosilene Cantanheide de Oliveira não infirma a prova documental e testemunhal acima explicitada, uma vez que seu depoimento foi tomado na condição de informante, cujo valor probatório é reduzido, em razão de ela ter participado e praticado os mesmos atos que a reclamante, possuindo interesse direto na reversão da justa causa. Nesse sentido, transcrevo trecho de seu depoimento: *“foi dispensada devido à mesma acusação que a depoente sofreu; que foi dispensada por ter sido acusada de realizar ‘chacota’ com a colega Cassiane”* – fls. 210-1 do pdf.

Por todo o exposto, entendo que ficou comprovada a conduta ilícita da autora, que expôs a honra e a moral de outra empregada, a qual se reveste de gravidade suficiente para o reconhecimento da validade da dispensa por justa causa efetivada.

Destaco que as práticas racistas devem ser fortemente censuradas e reprimidas, tal como previsto no ordenamento jurídico interno e internacional, a exemplo dos arts. 3º, IV, 4º, VIII e 5º, XLI e XLII, da Constituição; Lei nº 7.716/1989; Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial; e Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Este, aliás, é o vetor que orientou o lançamento, feito em 2024 pelo CNJ, do “Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial”.

Assim, não procede o pedido de reversão da justa causa aplicada, bem como os pedidos que lhe são corolários.

Saliento que houve o pagamento à reclamante, no prazo legal, das verbas rescisórias relativas à dispensa por justa causa aplicada, conforme documento juntado no ID. aa087a8 – fls. 173-4 do pdf, não impugnado. A reclamante não comprova, nem sequer por amostragem, a existência de diferenças devidas e não pagas, ônus que lhe pertencia, nos moldes dos arts. 818, I, CLT e 373, I, do CPC.

Por consequência, não procedem os pedidos de: retificação da CTPS; aviso prévio indenizado; férias de 2023-2024 acrescidas de um terço; décimo terceiro salário proporcional; diferenças de FGTS e indenização de 40%; e entrega de guias para levantamento do FGTS e habilitação no seguro-desemprego.

Quanto ao pedido de aplicação da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, fundamenta-se na reversão da justa causa, motivo pelo qual também não procede. De todo modo, reitero ter havido o pagamento tempestivo das verbas rescisórias. Assim, indevida a multa em comento.

Por fim, como consequência lógica da decisão supra, improcede o pleito de indenização por danos morais fundamentado na aplicação indevida da justa causa. Saliento que a alegada exposição da autora em razão de o motivo da dispensa ser de conhecimento dos demais colegas de trabalho decorre não de ato ilícito da ré, mas do próprio ato praticado pela autora e outras empregadas, de desrespeito a outra colega, ocorrido no local de trabalho e diante de todos que ali estavam.

3. Da multa do art. 467 da CLT

Considerando que, pelo teor da contestação, são controvertidas as verbas rescisórias, não procede o pedido de aplicação da multa prevista no art. 467 da CLT.

4 – Dos limites da condenação

A reclamada requer que, no caso de eventual condenação, haja limitação da condenação aos valores postulados na inicial. Já a reclamante aduz que os valores indicados na inicial constituem mera estimativa, reservando-se o direito de apresentar novos cálculos na fase de liquidação de sentença.

Contudo, fica prejudicado o exame da matéria, em razão da improcedência dos pedidos da inicial.

5 – Da justiça gratuita

Com fundamento no art. 790, § 3º, da CLT, defiro o benefício da justiça gratuita à reclamante, tendo em vista que ela juntou a declaração de hipossuficiência no ID. 2cb4afd – fl. 21 do pdf e recebia salário inferior a 40% do teto da Previdência Social, como se observa dos contracheques juntados nos autos, a exemplo daquele do ID. d544ea2 – fl. 115 do pdf.

Ressalto que a declaração juntada é válida para comprovar a insuficiência de recursos para ter acesso à justiça gratuita e não foi infirmada por provas em contrário. Esse entendimento, inclusive, ampara-se no decidido pelo TST por

ocasião do julgamento do Tema Repetitivo nº 21 ("Benefício da Justiça Gratuita - Comprovação de insuficiência de recursos por simples declaração - ação ajuizada após a vigência da Lei nº 13.467/2017").

6 – Dos honorários advocatícios

Tratando-se de ação ajuizada após a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, o sistema de honorários advocatícios sucumbenciais introduzido pelo art. 791-A da CLT aplica-se à presente demanda – art. 6º, da Instrução Normativa nº 41 /2018 do TST.

Em razão de sua sucumbência exclusiva, a reclamante deverá arcar com os honorários advocatícios devidos ao(s) patrono(s) da reclamada, os quais arbitro em 5% sobre o valor atualizado da causa.

Contudo, tendo em vista o decidido pelo STF no julgamento da ADI 5766, por ser a reclamante detentora da gratuidade justiça, a sua condenação em honorários deverá ficar sob condição suspensiva de exigibilidade por 2 (dois) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, cabendo ao credor demonstrar modificação da situação de hipossuficiência. Não é permitida compensação com créditos recebidos nesta ou em outra ação. Findo o prazo, extingue-se a obrigação.

7 – Dos juros e correção monetária. Da compensação ou dedução

Prejudicado o exame das matérias em epígrafe, ante o resultado da demanda.

8 – Dos recolhimentos previdenciários e fiscais

Em razão da improcedência dos pedidos da inicial, não há falar em recolhimentos fiscais e previdenciários.

III - DISPOSITIVO

PELO EXPOSTO, nos termos da fundamentação retro e concedido o benefício da justiça gratuita à parte autora, julgo **IMPROCEDENTE** a reclamação trabalhista ajuizada por **RENATA DA SILVA** contra **VULCAFLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**.

Honorários advocatícios devidos pela autora ao(s) patrono(s) da reclamada, no importe de 5% sobre o valor atualizado da causa, que deverão ficar sob condição suspensiva de exigibilidade por 2 (dois) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, cabendo ao credor demonstrar modificação da situação de

hipossuficiência. Não é permitida compensação com créditos recebidos nesta ou em outra ação. Findo o prazo, extingue-se a obrigação, tudo na forma do item **6** da fundamentação.

Ante o resultado da demanda, não há falar em recolhimentos fiscais e previdenciários, na forma do item **8** da fundamentação.

Custas processuais de R\$ 628,47 (seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos), pela reclamante, calculadas sobre o valor atribuído à causa, das quais fica isenta, por ser beneficiária da justiça gratuita.

Intimem-se as partes.

UBERLANDIA/MG, 18 de dezembro de 2024.

THALLYTA RANYELLE DE FATIMA BORGES

Juíza do Trabalho Substituta



Documento assinado eletronicamente por THALLYTA RANYELLE DE FATIMA BORGES, em 18/12/2024, às 17:39:45 - 08dccd4
<https://pje.trt3.jus.br/pjekz/validacao/24121817270208700000208167837?instancia=1>
Número do processo: 0011369-11.2024.5.03.0173
Número do documento: 24121817270208700000208167837